

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORADIA EM UM CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Diogo da Cruz Ferreira<sup>1</sup>

## Resumo

A partir de uma pesquisa bibliográfica e da observação realizada no conjunto habitacional Novo Jockey, edificado no quadro do Programa Morar Feliz (PMF), executado pelo município de Campos dos Goytacazes, situado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, analisaremos brevemente a trajetória da habitação popular da cidade e as consequências da implementação do referido programa habitacional no cotidiano dos moradores removidos. Para isso, o artigo foi organizado em duas seções, de um lado, reconstituímos a trajetória do problema moradia popular desta cidade, focalizando em como este assunto foi inserido na agenda pública nos anos 2000; de outro, descrevemos e interpretamos desde a ocupação do empreendimento habitacional Novo Jockey às formas pelas quais os moradores apropriaram-se do espaço residencial e as reconfigurações dos modos de vidas. Observou-se que a experiência de moradia em um novo espaço residencial produzido pelo Estado resultou em uma ação coletiva que apontam para a reconstrução das habitabilidades das camadas populares na área estudada.

**Palavras-chave:** Moradia popular. Programa Morar Feliz. Habitabilidades.

## Considerations on housing in a popular housing complex in Campos dos Goytacazes/RJ

### Abstract

From a bibliographical survey and observation carried out in the Novo Jockey housing complex, which was built within the framework of the programa Morar Feliz (PMF - (Living Happily), executed by the municipality of Campos dos Goytacazes, located in the Norte Fluminense region of the state of Rio de Janeiro, we will briefly analyze the trajectory of the popular housing of the city and the consequences of the implementation of a housing policy in everyday life of the residents removed. For this, the article was organized in two sections, on the one hand, we reconstruct the trajectory of the problem housing popular of this city, focusing on how this subject was inserted in the public agenda in the years 2000; of another, we describe from the occupation of the housing development to the ways in which the residents appropriated the residential space and the reconfigurations of the ways of life. It is observed that the housing experience in a new residential space produced by the State resulted in a collective action that points to the reconstruction of the housing of the popular layers in the studied area.

---

<sup>1</sup> Contato: cruzdiogo@yahoo.com.br.

**Keywords:** Popular housing. Programa Morar Feliz (Living Happily Program). Habitability.

## **Introdução**

O artigo apresenta resultados obtidos da pesquisa realizada no âmbito do meu doutoramento<sup>2</sup> sobre o programa habitacional popular Morar Feliz (PMF), executado pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG), interior do estado do Rio de Janeiro. O objetivo deste manuscrito consiste em analisar desde a trajetória da habitação popular desta cidade e as consequências da implementação do PMF no Novo Jockey no cotidiano dos moradores removidos.

Para atingir o objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e observação de inspiração etnográfica no conjunto habitacional Novo Jockey, entre 2016 e 2018. O artigo foi organizado em duas seções. Na primeira seção, reconstituímos a trajetória do problema moradia popular desta cidade, focalizando em como este assunto foi inserido na agenda pública nos anos 2000. Na segunda seção, descrevemos e interpretamos desde a ocupação do conjunto habitacional Novo Jockey às formas pelas quais os moradores apropriaram-se do espaço residencial e as reconfigurações de seus modos de vidas.

Observou-se que a experiência de moradia em um novo espaço residencial popular produzido pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG) resultou em novas formas de habitabilidades do ambiente urbano, dentre elas, a reconstrução das sociabilidades das camadas populares removidas. Com a fixação e expansão do tráfico de drogas, percebeu-se que a resolução do problema moradia popular não se encerrou com a entrega da casa, mas do ressurgimento de novos (velhos) problemas da produção de habitação popular.

## **Trajетória do problema habitação popular em Campos dos Goytacazes/RJ**

---

<sup>2</sup> A pesquisa foi realizada no âmbito do meu doutoramento realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF). Agradeço a Fundação Carlos Chagas Filhos de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento.

As primeiras ações na área habitacional em Campos dos Goytacazes<sup>3</sup> iniciaram no ano de 1966, executadas pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB). Interpretando a abaixo (Figura 1), pode-se observar que os conjuntos edificadas ocorreram em parceria com o governo estadual, intermediado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) (ARRUDA, 2014). Este quadro alterou-se no contexto da descentralização política e econômica após o ano de 1989, momento em que redefiniu a política municipal com o advento da municipalização (DUARTE, 2009).

**Figura 1 – Conjuntos habitacionais construídos em Campos dos Goytacazes até 2008**

Tabela 11 - Conjuntos habitacionais construídos em Campos até 2008.

Ano	Nome do conjunto	Localização	Unidades	Governo/Parcerias	Gestão
1966	Conjunto habitacional João XXIII	Pq. Nova Brasília	256	CEHAB/RJ	
1968	Conjunto habitacional Parque Lebret	Pq. Lebret	230	CEHAB/RJ	
1970	Conjunto habitacional Guadalaraja	Pq. Pecúria	280	CEHAB/RJ	
1980	Conjunto habitacional João Paulo II	Ururaf	420	CEHAB/RJ	
2000	Nova Jerusalém	Parque Esplanada	60	PMCG e CEF	Arnaldo Viana/Fernando Henrique Cardoso
2000	Morro do Côco	Morro do Coco- 12 distrito	59	PMCG e CEF	Arnaldo Viana/Fernando Henrique Cardoso
2001	Aldeia	Pq. Aldeia- Rodovia Campos-Itaperuna	400	PMCG e CEHAB/RJ	Arnaldo Viana/Anthony Garotinho
2001	Eldorado	Pq. Eldorado	300	PMCG e CEHAB/RJ	Arnaldo Viana/Anthony Garotinho
2002	Rio Preto	Rio Preto -	80	PMCG	Arnaldo Vianna
2005	Oswaldo Gregório	Estrada do Carvão/Ex - favela da Chatuba	260	PMCG	Alexandre Mocaiber
2006	Vilmar Cavas Assed	Santa Cruz – (Campos São Fidélis)	47	PMCG	Alexandre Mocaiber
2006	Travessão	Travessão de Campos	47	PMCG	Alexandre Mocaiber
2006	Goytacazes	Goytacazes	57	CEHAB/RJ	Rosinha Garotinho
2006	Aldeia II	Parque Aldeia - Rodovia Campos-Itaperuna	110	CEHAB/RJ	Rosinha Garotinho
2006	Três Vendas	Três Vendas	29	PMCG	Alexandre Mocaiber
2007	Matadouro	Pq. Califórnia	228	PMCG	Alexandre Mocaiber
2008	Santa Rita (Nogueiras)	Pq Prazeres/HGG	300	PMCG	Alexandre Mocaiber
2008	Santa Helena	Pq. Santa Helena	117	PMCG	Alexandre Mocaiber
2008	Boa vista I e II	Pq Boa Vista	250	PMCG	Alexandre Mocaiber
2008	Donana	Donana	127	PMCG	Alexandre Mocaiber
		<b>Total de unidades</b>	<b>3657</b>		
		<b>Total de conjuntos</b>	<b>20</b>		

Fonte: Promoção Social/Departamento de Habitação - PMCG (2008/2009)/EMHAB (2008). Elaboração própria.

Fonte: Arruda, 2014, p. 108.

Verifica-se na Figura 1 que é após os anos 2000 que se intensificaram as iniciativas de construir conjuntos habitacionais com recursos municipais e poucos em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB). No período pós descentralização, Mota (2012) discorre

<sup>3</sup> Campos dos Goytacazes é uma cidade média localizada na região Norte Fluminense, interior do estado do Rio de Janeiro. Segundo o IBGE (2015), possui uma população estimada em 483.970 habitantes, cuja distância da capital é de aproximadamente 300 km. Por muitos anos, a principal atividade econômica centrou-se no ramo sucroalcooleiro, que eclipsou por diversos motivos. A partir dos anos de 1980, com a exploração de petróleo na bacia de Campos, o curso econômico da cidade e da região alterou.

que a organização da estrutura administrativa municipal que promovia a habitação social ocorreu de forma lenta, pois estavam desarticuladas desde a extinção do BNH em 1986, ressalta ainda que estas deveriam estar em consonância com as diretrizes federais.

Conforme Faria e Pohlmann:

[...] a descentralização das políticas públicas de habitação começa a acontecer durante a administração de Garotinho (1989) e desde então vários programas habitacionais foram criados no município, são eles: "Pode entrar que a casa é sua" (1990-2008), "Vale-construção" (1991), "Cada família tem um lote" (1991), "SOS Habitação" (1993), "Comunidade Legal" (2000, 2005, 2007 e 2008), "Casa Nova" (2007) e Morar Feliz (2009 – atual) (2013, p. 09).

Do ano de 1966 a 2008 foram edificadas 3.657 unidades habitacionais no município. Mota (2012) analisou que após 1990, no auge da descentralização das políticas públicas, intensificou-se os aspectos remocionistas das políticas municipais de habitação. A remoção de moradores de "áreas de riscos" é um problema antigo, consequência da urbanização não planejada e da edificação de habitações próximo ao rio Paraíba do Sul, lagoas, áreas alagadiças e margens das rodovias (BR 356 e BR 101).

Como observado por Mota (2012) e Arruda (2009, 2014), as políticas habitacionais municipais não tinham continuidade com as anteriores por dois motivos: 1) em virtude da desorganização administrativa e, 2) por ser tratada como barganha política eleitoreira e possuir caráter assistencialista. A retomada da questão da moradia ressurgiu no contexto da criação do Ministério das Cidades, em 2003, no governo Lula (2003-2010), após um longo período em que desapareceram programas federais, estaduais e municipais de construção de moradias populares.

Nesse contexto, na escala federal, definiram as diretrizes das políticas habitacionais e sua resolução com a construção de conjuntos habitacionais. As diretrizes e orientações podem ser encontradas nas diversas legislações que foram criadas, como: Estatuto da Cidade (2002), Conselho Nacional das Cidades (2004), Política Nacional de Habitação (2004), Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social (2005), Fundo Nacional da

Habitação de Interesse Social, Plano Nacional da Habitação (2009) entre outros.

No ano de 2009 o Ministério das Cidades inaugurou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o qual buscou atender três públicos com faixas salariais diferenciadas. A lei federal nº 11.977 que criou o PMCMV, resultou de um processo mais amplo de problematização da habitação em geral, e em particular, da habitação popular. Como mencionei acima, definiram-se três faixas de renda como meio de estabelecer prioridades: de 0 a 3 salários, de 3 a 6 salários e de 6 a 10 salários.

Paralelamente à definição das faixas salariais, os critérios de renda foram definidos a partir da mensuração de uma situação de *vulnerabilidade social* (mulheres chefe de família, pessoas com deficiências, idosos e os de aluguel social) e de *risco ambiental* (famílias residentes em áreas de risco, insalubres ou desabrigadas por enchentes ou desastres naturais). No PMCMV eram concedidos subsídios financeiros diferenciados a cada faixa salarial e o pagamento de uma mensalidade.

Em Campos dos Goytacazes, os eventos ambientais que ocorreram entre o ano de 2007 e 2008 contribuíram na retomada da construção de moradias populares municipais. Neste período, o rio Paraíba do Sul transbordou em níveis consideráveis, alagando casas próximas aos rios e lagoas. As consequências das fortes chuvas deixaram moradores desabrigados e desalojados, sendo considerada a pior enchente dos últimos anos (ARRUDA, 2014; MOTA, 2012). Estes desastres ambientais reacenderam o debate público em meio a uma disputa eleitoral no ano de 2008 (AZEVEDO *et al*, 2013; ARRUDA, 2014).

Diante desse cenário, a candidata ao cargo de prefeita da cidade, Rosinha Garotinho, prometeu construir 10.000 unidades habitacionais às populações atingidas por estes eventos, principalmente aqueles que residiam nas margens dos rios Ururaí, Paraíba do Sul e das lagoas. Após eleita, Rosinha Garotinho, anunciou em 2009 o Programa Morar Feliz, que foi instituído por meio do Decreto nº 55/2011. O critério do “risco” serviu como enquadramento dos moradores atingidos por estes eventos, o que legitimou a execução do PMF.

O Programa Morar Feliz, desenvolvido a partir de 2011, constitui uma variante municipal de programas que – como o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), de escala nacional – buscaram

garantir o acesso à moradia a setores populares de “menor renda” (BRASIL, 2005) e minorar os efeitos de “catástrofes ambientais” (BRASIL, 2009). Ele foi planejado seguindo, principalmente, as orientações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Por sua vez, o município reestruturou os órgãos municipais na promoção da Habitação de Interesse Social (HIS), o que já estava previsto no Plano Diretor municipal revisado em 2008<sup>4</sup>.

Logo após o Decreto 55/2011, a PMCG definiu as estratégias de modo a cumprir a meta, edificar 10.000 casas populares. As atividades foram distribuídas em quatro setores: 1) Empresa Municipal de Habitação (EMHAB), responsável pela demarcação das áreas desapropriadas; 2) Secretaria de Obras, licitação e fiscalização das obras; 3) Defesa Civil pela demarcação das áreas de riscos; 4) a Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS) na seleção dos aptos; realização de reuniões e o acompanhamento técnico social (ARRUDA, 2014).

O PMF dividiu-se em duas fases: na primeira (2009–2012) edificaram 5.426 moradias; a segunda, teve como meta construir outros 30 conjuntos para atingir as 10.000 unidades habitacionais, o que não ocorreu por diversos motivos. Nesta última fase, priorizaram-se áreas mais distantes do município e zonas rurais. A execução do programa envolveu diferentes órgãos para a elaboração e execução do que foi considerado, do ponto de vista dos gestores e trabalhadores da prefeitura, o “maior programa habitacional do interior do país” (ARRUDA, 2014, p. 122).

O programa Morar Feliz (PMF) priorizou aqueles com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Neste caso, os contemplados não pagariam mensalidade como no PMCMV. Outros critérios ainda reforçaram a seleção dos moradores, por exemplo, a categoria “socialmente vulnerável” concernia àqueles que comprovassem a necessidade de uma habitação em virtude da carência socioeconômica, incluindo os residentes das “áreas carentes” [*moradores de favelas e do aluguel social*].

Por fim, destaca-se que as pesquisas realizadas sobre as ações da PMCG na área habitacional apontam para a formação e o surgimento de novas territorialidades com forte presença do

---

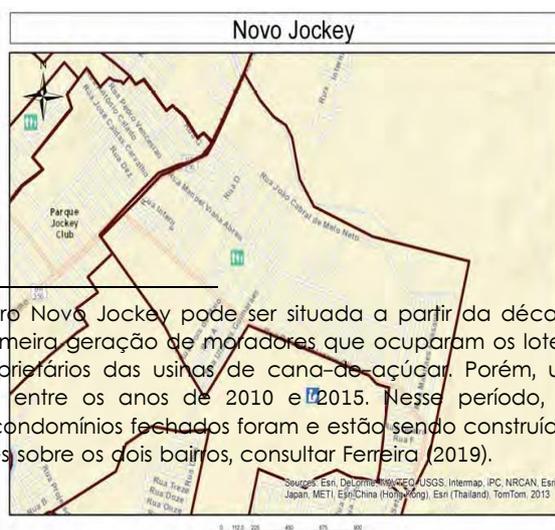
<sup>4</sup> Como também a formação do Conselho Municipal de Habitação e Saneamento (CMHS), Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) (ARRUDA, 2014).

poder público local como “agente modelador do espaço” (OLIVEIRA & PEDLOWSKI, 2012, p. 670). Por sua vez, os conjuntos do PMF por serem edificados em áreas distantes do “centro”, são considerados “periféricos” como destacou Faria e Pohlmann *et al.* (2013). A seguir, buscamos entender os efeitos da construção do conjunto habitacional Novo Jockey, executado no quadro do PMF, no cotidiano dos moradores.

## O conjunto habitacional Novo Jockey

O conjunto habitacional Novo Jockey foi um dos primeiros conjuntos edificados na primeira fase do programa Morar Feliz. Construído no bairro Novo Jockey, que está situado do lado esquerdo da rodovia federal BR 356 [*em direção à Avenida 28 de março*], também chamada de Avenida Presidente Kennedy. O Novo Jockey<sup>5</sup> está localizado próximo ao bairro Jockey Club, um antigo bairro da cidade que se expandiu a partir da década de 1970<sup>6</sup>.

Figura 2 – Mapa do bairro Novo Jockey (Adaptações realizadas pelo autor)



<sup>5</sup> A ocupação do bairro Novo Jockey pode ser situada a partir da década de 1990 e início dos anos 2000, essa é a primeira geração de moradores que ocuparam os loteamentos produzidos nas terras dos antigos proprietários das usinas de cana-de-açúcar. Porém, um outro movimento de ocupação aconteceu entre os anos de 2010 e 2015. Nesse período, houve grande interesse imobiliário e inúmeros condomínios fechados foram e estão sendo construídos (COUTINHO, 2017).

<sup>6</sup> Para mais informações sobre os dois bairros, consultar Ferreira (2019).



Fonte: CIDAC/PMCG, 2015, p. 72.

Muitas vezes para realizar o trabalho de campo no empreendimento habitacional, embarcava na linha de ônibus Jockey-Uenf<sup>7</sup>. Ao realizar o trajeto por esta linha de ônibus, sempre desembarcava em um ponto na Avenida Presidente Kennedy, atravessava essa avenida e caminhava pela Rua Rosa Motezzano de Oliveira, conhecida como “rua principal”, umas das principais vias de acesso ao bairro Novo Jockey e ao conjunto habitacional Novo Jockey.

Esta rua é um traçado em linha reta que corta todo o bairro Novo Jockey. No trajeto podem ser observados variadas atividades comerciais [*padaria, açougue, farmácia, mini-mercados, pequenas boutiques, barbearia, papelaria, de material de construção, bares e loja de acessórios para celulares*]. Segundo relatos dos moradores do bairro e do conjunto estudado, esses comércios ampliaram-se após a fixação dos novos moradores, principalmente os das “casinhas<sup>8</sup>”.

Essa valorização comercial da área indica um dentre muitos outros processos que foram impulsionados pela execução de conjuntos habitacionais no bairro Novo Jockey<sup>9</sup>. Esse fato também pode ser lido como uma das formas típicas de habitar a

---

<sup>7</sup> Outros trajetos de ônibus foram realizados, como, por exemplo, nas linhas Jockey-Centro, Novo Jockey-Centro.

<sup>8</sup> O termo faz alusão aos conjuntos habitacionais edificados no quadro do Programa Morar Feliz e possui outros significados para além da padronização das unidades habitacionais (FERREIRA, 2019). O termo “casinhas” também foi publicado no formato verbete no Dicionário de Favelas Marielle Franco. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Casinhas>. Ver Ferreira, Pinheiro e Mesquita (2019)

<sup>9</sup> Esse fenômeno corresponde não somente ao conjunto edificado no quadro do programa municipal Morar Feliz, mas também dos condomínios fechados que foram e estão sendo construídos pelas empreiteiras urbanizadoras na área (no contexto dos empreendimentos portuários e das políticas de financiamento do governo Lula e Dilma Rousseff).

cidade que emerge do encontro de uma pluralidade de moradores que passaram a coabitar o bairro, adquirindo *centralidade* (LEFEBVRE, 2000).

As transformações no bairro são importantes para anunciar as modificações socioespaciais que vêm sendo realizadas pela execução de políticas habitacionais populares, o que será abordado em outro artigo. O conjunto habitacional Novo Jockey possui 934 unidades habitacionais e uma escola municipal que oferta os primeiros anos do ensino fundamental. Nele, há 15 ruas na horizontal e três verticais, que permitem a circulação dentro do condomínio como pode ser observado na Figura 3.

**Figura 3 – Foto panorâmica do conjunto habitacional Novo Jockey**



Fonte: PCE, 2015.

Inicialmente, as ruas eram identificadas por números (rua 1 a 15). Logo após a fixação dos residentes e na ocasião da entrega de outras 334 casas no ano de 2012, para completar as 934 unidades habitacionais como havia sido planejado. Nessa *ocasião*, a prefeita Rosinha Garotinho, nomeou o conjunto habitacional Novo Jockey para Condomínio Recanto das Flores, momento também em que as ruas foram renomeadas por “nome de flores e árvores em homenagem a prefeita Rosinha”, como relatou um morador do conjunto.

Ao renomear o conjunto para “condomínio” e os nomes das ruas por flores, observa-se um esforço de imprimir duas características ao empreendimento habitacional, de um lado, nota-se que ao

associar o nome da prefeita, alude ao personalismo político na figura da prefeita, como já apontou Azevedo et al (2013), mas também anunciava um novo modo de vida das camadas populares em uma nova área, o viver em condomínio.

Ironicamente, o vocábulo “recanto” diz respeito a um local afastado, a um lugar onde se esconde ou, simplesmente, esconderijo. A expressão permite relacionar esse à distância em relação às áreas consideradas privilegiadas e que concentra uma considerável parcela da população removida de favelas e das “áreas de risco”. Esses elementos apontam para a homogeneização e para a formalização dos comportamentos – o condomínio, nos termos de Ferreira dos Santos, de uma “fórmula de vida” (2017, p. 210).

Por sua vez, as casas foram edificadas no padrão geminadas, barateando os custos das construções. Cada unidade possui 43,08 m<sup>2</sup> construídos, distribuídos em dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área externa, como poderá ser observado nas figuras 4. Somando a área construída e às externas (na frente e nos fundos) totalizam 140 m<sup>2</sup>. Segundo Folz (2002), é no tamanho das casas e de como estão dispostos os seus espaços que residem as diferenciações arquitetônicas entre uma moradia popular e das camadas médias e ricas.

**Figura 4 – Planta baixa (à esquerda) e fachada das casas geminadas (à direita)**



ênCIAS SOCIAIS, JUIZ DE FORA, 11. 30 (2019)

Fonte: Slides de apresentação da PMCG e da Odebrecht, s/d.

Optaram por ser casas, o objetivo do projeto era que preservassem o modo de viver em *condomínio*, o que não ocorreu por diversos motivos. Perguntei aos moradores<sup>10</sup> como percebiam o lugar, descreveram-no como “bairro”, “comunidade”, “favela” e um “monte de casinhas iguais”. Estas representações era o modo pelos quais justificavam os estilos de vida que, de certo modo, recordavam as experiências anteriores.

As mudanças para o conjunto habitacional Novo Jockey iniciaram no mês de agosto de 2011. Os móveis foram transportados pelos caminhões cedidos pela prefeitura. Os moradores vieram, em sua maioria, da favela Tira Gosto e Matadouro e outros bairros como: Goytacazes, Penha e Parque Aurora. Os residentes relataram os motivos pelos quais foram selecionados, por estarem em “áreas de risco” [*próximo ao Rio Paraíba do Sul*], casas sem infra-estrutura, de condições precárias e outros ainda por serem beneficiárias do “aluguel social”.

Os moradores contam que foram procurados pelas assistentes sociais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro Social Urbano (CSU) para se cadastrarem, por se enquadrarem nos critérios mencionados acima. Outros, por sua vez, procuraram estas instituições por terem assistido as propagandas na televisão. Após a realização do cadastro e serem informados que foram selecionados, cada morador foi direcionado a um conjunto. No local havia assistentes sociais que distribuíram as chaves aleatoriamente.

Durante a seleção, os moradores relataram que as assistentes sociais não consideraram os bairros de origem, as relações de vizinhança e de parentesco ao escolher a rua onde as casas se localizavam. Alguns moradores desistiram e aguardavam a inauguração de outros conjuntos, alegando diversos motivos,

---

<sup>10</sup> Por questões éticas, foram omitidos os nomes dos meus interlocutores, porém permaneci com o nome do conjunto e da cidade.

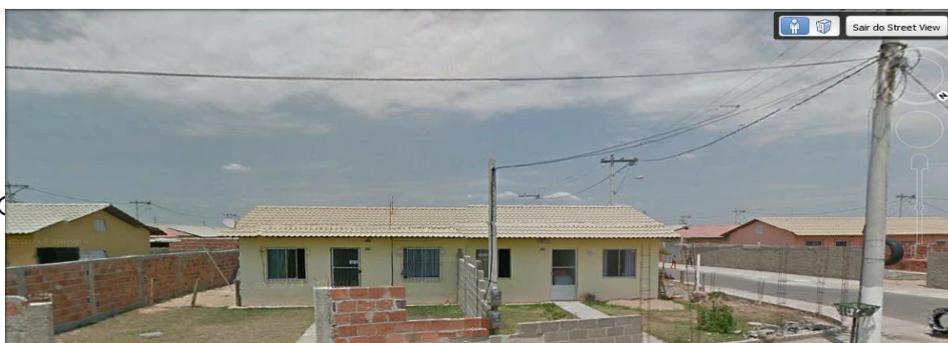
dentre eles, por serem de facções diferentes ou em áreas distantes de onde tinham parentes e amigos. Nota-se que não houve sorteio ou método que definisse a rua e a casa que ocupariam, a escolha foi aleatória. Isto levou a um “troca-troca” de casas no próprio conjunto – o que nos remete ao trabalho de Valladares (1980) –, pois uns queriam ficar próximo aos familiares; outros por temerem “problemas com vizinho” e evitar conflitos.

No início da ocupação do conjunto, os vizinhos do entorno se referiam aos removidos para o conjunto habitacional como “moradores de Nova York”, de certo modo, a expressão anuncia uma relação entre *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2010). Indaguei o motivo, os moradores do conjunto habitacional Novo Jockey contaram-me que o conjunto “foi entregue asfaltado, com rede de água, esgoto e luz e eles [os vizinhos] ficaram putos, pois no bairro ainda não havia calçamento e rede de esgoto”.

Após cinco anos da fixação dos moradores no conjunto, podem ser observadas diversas modificações do ambiente doméstico e do próprio conjunto. Por exemplo, em alguns “quintais” [*principalmente os localizados nas casas de esquinas da rua principal*] há pequenos comércios, bares e lanchonetes. Estes comércios estão em pontos estratégicos, pois permitem uma maior ligação entre os moradores do conjunto e do bairro Novo Jockey. Outros ambientes domésticos tornaram-se pontos comerciais. Nestes são vendidos doces, salgados, sacolés, pequenas mercearias, entre outros, um tipo de empreendimento econômico como modo de complementar a renda familiar.

Outras casas se tornaram igrejas, em sua maioria evangélicas, onde ocorrem os cultos semanais. Há ainda “terreiros de macumba” [*referencias as religiões de matriz afro*], que usam o “quintal” que fica atrás da residência. Observa-se também modificações no espaço da casa, principalmente, os muros altos (figura 4), modo pelo qual previnem o “perigo” que a rua representa e o contato com os vizinhos indesejados [*principalmente traficantes*].

**Figura 4 – Modificações na parte externa da casa**



Fonte: Google earth, 2012.

Sendo assim, perguntei aos moradores os motivos pelos quais edificaram os muros, Maria relatou que no início de sua moradia, um “bandido” entrou em sua casa ao fugir da polícia que o procurava. Rememora que o “bandido” disse não querer machucá-los, mas que deveriam ficar “calados até a saída da polícia”. Após o ocorrido, rapidamente edificou o muro como modo de proteger a família destas situações que se tornaram cotidianas. Isso consistem em formas de coibir e evitar o “perigo de fora”.

Outra moradora disse que houve alguns desentendimentos com o vizinho e o muro serve como um isolamento e dá a sensação de privacidade e proteção. As alterações no ambiente doméstico também estão relacionadas a outras formas que eles atribuem ao *morar* a casa, da noção de conforto, do lugar de descanso e de privacidade (RYBCZYNSKI, 1996). Outra situação que me chamou atenção é o fato de reproduzirem ciclos habitacionais anteriores, como no caso dos “puxadinhos” retomando a noção do “quintal de família” [*construções no terreno feito pelos próprios familiares*].

Percebi que as calçadas são espaços de socialização, de bate papo, de trocas e de favores entre os vizinhos. Nos momentos críticos, como assassinato de algum morador traficante ou quando há suspeita de “invasão” de facções rivais no conjunto, observei que os moradores, além de evitá-los, também não saem à noite até mesmo para ir à igreja, ficando restritos à casa. A sensação de medo provocada por estes momentos críticos exige dos moradores certos comportamentos, os quais apontam como uma forma de ajustamento moral a ordem violenta.

Os aspectos descritos mostram diferentes elementos pelos quais está envolvida a questão da moradia popular no contexto de

uma cidade media distante de contextos metropolitanos. A resolução do problema da moradia popular não se encerra com a entrega de uma casa. Ao acompanhar a trajetória do conjunto, nota-se que a experiência de morar um novo espaço residencial produzido pelo Estado apontam para novas modalidade de experimentação do ambiente urbano em que tanto as reconfigurações das sociabilidades como as modificações do ambiente indicam uma reconstrução das habitabilidades.

### Considerações finais

As análises sobre os programas de habitação popular da cidade de Campos dos Goytacazes apontam para a formação e o surgimento de novas territorialidades com uma forte presença do poder público local como “agente modelador do espaço” (OLIVEIRA E PEDLOWSKI, 2012, p. 670). Os conjuntos do “Morar Feliz” são edificados em áreas distantes, consideradas “periféricas”, Faria e Pohlmann (2013) sinalizam formas de segregação socioespacial fundamentadas nas injustiças socioespaciais.

Ao criar novas territorialidades cada vez mais “periféricas”, reconfiguram as sociabilidades das camadas populares da cidade. Considerando a presença do tráfico de drogas, este fator pode estar associado à *expansão do mundo crime* como “marco discursivo” (FELTRAN, 2011, p. 185), logo, o “Morar Feliz”, como modalidade de intervenção municipal na área habitacional reconfigurou a ordem moral do conjunto habitacional e seus efeitos na rotina dos moradores tem como fundamento a aproximação de uma sociabilidade urbana com a *sociabilidade violenta*<sup>11</sup> nos termos de Machado da Silva (2008), os quais foram impulsionados por um programa municipal de habitação popular.

Por fim, destaca-se que o espaço incorporado pelos indivíduos adquire um lugar no tempo com seus objetos próprios, tais como: a casa e a cidade. Estas formas vão percebendo todas as partes e os lados, se descobrindo continuamente. O *espaço* é central para Lefebvre (2013), uma vez que os aspectos físicos e geográficos criam as condições para o desenvolvimento da vida

---

<sup>11</sup> Refiro-me à *sociabilidade violenta* às ações coordenadas, quase exclusivamente por referência a escalas de força física (e as suas extensões: armas, etc.), e os impactos nas rotinas dos moradores, impedindo a realização de seus desejos imediatos. Na “sociabilidade violenta”, quem tem mais força usa os outros, assim como artefatos (armas, etc.), para impor sua vontade, sem considerar princípios éticos, deveres morais, afetos (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 21)

social, pois à medida em que os residentes se apropriam e atribuem novos sentidos e significados às suas ações, o que confere um estilo de vida próprio dos moradores removidos.

## Bibliografia

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes/RJ**. 2014. 273 fls. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. 2014.

AZEVEDO, Sérgio de; TIMOTEO, Geraldo Márcio e ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. Habitação social e segregação espacial: implicações do programa municipal "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes/RJ. In: **37º Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de Lindóia/SP, 2013.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2º edição. São Paulo. Editora 34, 2011.

BRASIL. MINISTERIO DAS CIDADES. **Política nacional de habitação 4**. In\_\_Cadernos mcidades habitação. v. 4, Brasília. nov. 2004. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/politica-nacional-de-hbitacao/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>> Acesso em 02 fev. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (DOMCG). Decreto nº. 055 /2011. **Estabelece os critérios e o procedimento para concessão das casas populares do Programa Morar Feliz ou outro programa habitacional de moradia popular instituído neste Município**. Ano II, nº CCXV, fev. 2011. Disponível em: <[www.campos.rj.gov.br/up/diario\\_oficial.php?id\\_arquivo=450](http://www.campos.rj.gov.br/up/diario_oficial.php?id_arquivo=450)> Acesso em 22 fev. 2015.

DUARTE, Danielle Barros. **A descentralização da política habitacional: o caso de Campos dos Goytacazes**. 2008. 122 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto; POHLMANN, Maria Alice de Oliveira. Políticas públicas urbanas no Brasil: a caminho da construção da cidade justa? In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, Peru, 2013.

FELTRAN, Gabriel Santis. **Fronteiras da tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo. UNESP, 2011.

FERREIRA, Diogo da Cruz. "Nosso novo endereço, Morar Feliz": os sentidos de habitar um conjunto habitacional popular em Campos dos Goytacazes. 2019. 233 fls. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ, 2019.

Considerações sobre a moradia em um conjunto habitacional popular em Campos dos Goytacazes/RJ

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. **Velhas novidades nos modos de urbanização brasileira**. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

\_\_\_\_\_. Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo? In: FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson (Coletânea organizada por Maria de Lourdes Pinto Machado Costas e Maria Lais Pereira da Silva). *Sementes urbanas I*. Niterói/RJ: Eduff, 2017. p. 200-219.

FOLZ, Rosana Rita. *Mobiliário na habitação popular*. 2002. 240 fls. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. **Morar: a casa brasileira**. Rio de Janeiro. Avenir, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes**. 2015. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/23318>>. Acesso em: 28 out. 2015.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**, tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **La producción del espacio**. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. 1ª ed. Madrid: Capitán Swing Libros, S.L., 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira/FAPERJ, 2008.

MOTA, Carla Gisele dos Santos. **Políticas habitacionais e os usos econômicos das residências: O caso do Conjunto Habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes/RJ**. 2012. 92 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. 2012.

OLIVEIRA, Júlio Cezar Pinheiro de; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ). **Análise Social**, nº 204, v. XLVII, 2012.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: pequena história de uma ideia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa**. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

WIRTH, Louis. Urbanismo como modo de vida [1938]. In: PIERSON, Donald. **Estudos de organização social**. São Paulo. Livraria Martins Editora, 1946, pp. 618-643.